

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2008 e de 2007 e
Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.
Curitiba - PR

1. Examinamos o balanço patrimonial da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., (“Companhia”), levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, foram examinadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram parecer, sem ressalva, datado de 7 de março de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

Deloitte Touche Tohmatsu

5. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparadas em conexão com as demonstrações financeiras do exercício de 2008, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 4, tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de março de 2009



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2 S/PR

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e bancos	4	5.468	4.640	Fornecedores		4.338	2.378
Aplicações financeiras	5	1.069	-	Empréstimos	10	17.356	7.225
Clientes	6	1.470	1.837	Impostos, taxas e contribuições a recolher		1.266	1.065
Despesas antecipadas		397	1.209	Obrigações sociais		1.144	1.143
Outros créditos		61	75	Empresas ligadas	11	2.394	3.567
Total do ativo circulante		<u>8.465</u>	<u>7.761</u>	Provisão para imposto de renda e contribuição social		850	431
				Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	13 (c)	2.416	634
NÃO CIRCULANTE				Outras contas a pagar		2.197	1.663
Realizável a longo prazo:				Total do passivo circulante		<u>31.961</u>	<u>18.106</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	1.194	1.082				
Depósitos judiciais		199	-	NÃO CIRCULANTE			
Empresas ligadas	11	11	-	Empréstimos	10	16.500	22.000
Total do realizável a longo prazo		<u>1.404</u>	<u>1.082</u>	Empresas ligadas	11	68	-
				Provisões para contingências	12	2.727	1.859
Imobilizado	7	59.885	51.376	Imposto de renda e contribuição social diferidos		185	-
Intangível	8	407	466	Total do passivo não circulante		<u>19.480</u>	<u>23.859</u>
Total do ativo não circulante		<u>61.696</u>	<u>52.924</u>				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	13 (a)	15.600	15.600
				Reserva legal	13 (b)	3.120	3.120
				Total do patrimônio líquido		<u>18.720</u>	<u>18.720</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>70.161</u></u>	<u><u>60.685</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>70.161</u></u>	<u><u>60.685</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2008	2007
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS			
Receita com arrecadação de pedágio	14	107.061	105.985
Receitas acessórias	14	1.791	981
		<u>108.852</u>	<u>106.966</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
Impostos sobre arrecadação		(9.400)	(9.244)
		<u>99.452</u>	<u>97.722</u>
RECEITA LÍQUIDA			
Custo dos serviços prestados	15	(39.891)	(35.668)
		<u>59.561</u>	<u>62.054</u>
LUCRO BRUTO			
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	15	(24.423)	(24.343)
		<u>(24.423)</u>	<u>(24.343)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		35.138	37.711
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	16	270	236
Despesas financeiras	16	(3.670)	(4.090)
		<u>(3.400)</u>	<u>(3.854)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		31.738	33.857
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	9 (b)	(10.608)	(11.838)
Diferidos	9 (b)	(73)	729
		<u>(10.681)</u>	<u>(11.109)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>21.057</u>	<u>22.748</u>
QUANTIDADE DE AÇÕES NO FIM DO EXERCÍCIO (EM MILHARES)		<u>15.600</u>	<u>15.600</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO - R\$		<u>1,35</u>	<u>1,46</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	13 (a)	15.600	2.681	268	-	18.549
Reversão da reserva estatutária		-	-	(268)	268	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	22.748	22.748
Destinação do lucro:						
Reserva legal		-	439	-	(439)	-
Dividendos intermediários (R\$ 1,33 por ação)		-	-	-	(20.761)	(20.761)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,08 por ação)		-	-	-	(1.182)	(1.182)
Dividendos propostos (R\$ 0,04 por ação)		-	-	-	(634)	(634)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	13 (a)	15.600	3.120	-	-	18.720
Lucro líquido do exercício		-	-	-	21.057	21.057
Destinação do lucro:						
Dividendos intermediários (R\$ 1,17 por ação)	13 (c)	-	-	-	(18.239)	(18.239)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,03 por ação)	13 (c)	-	-	-	(487)	(487)
Dividendos propostos (R\$ 0,15 por ação)	13 (c)	-	-	-	(2.331)	(2.331)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		<u>15.600</u>	<u>3.120</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.720</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	31.738	33.857
Ajustes para reconciliar o lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	10.458	9.928
Baixa de ativo imobilizado	-	212
Constituição de provisões para contingências	1.537	2.137
Encargos financeiros e variação cambial sobre empréstimos	2.860	3.596
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Clientes	367	(877)
Despesas antecipadas	812	63
Outros créditos	14	22
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.960	88
Impostos e contribuições a recolher	201	188
Obrigações sociais	1	(62)
Empresas ligadas	(1.105)	2.500
Provisões para contingências	(868)	(278)
Juros pagos	(3.274)	(2.832)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.189)	(12.514)
Outras contas a pagar	534	(600)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>35.046</u>	<u>35.428</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(17.655)	(16.609)
Aquisição de intangível	(709)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(18.364)</u>	<u>(16.609)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empresas ligadas	(11)	58
Captação de empréstimos - terceiros	10.000	27.500
Pagamento de empréstimos	(5.499)	(11.550)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(19.275)	(33.684)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(14.785)</u>	<u>(17.676)</u>
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA, BANCOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	<u>1.897</u>	<u>1.143</u>
Caixa, bancos e aplicações financeiras no início do exercício	4.640	3.497
Caixa, bancos e aplicações financeiras no fim do exercício	<u>6.537</u>	<u>4.640</u>
	<u>1.897</u>	<u>1.143</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
RECEITAS		
Prestação de serviços	108.852	106.966
	<u>108.852</u>	<u>106.966</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos ICMS, IPI, PIS e Cofins)		
Custos dos serviços prestados	(24.931)	(19.638)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(19.007)	(18.646)
Outros	(191)	(906)
	<u>(44.129)</u>	<u>(39.190)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>64.723</u>	<u>67.776</u>
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	(10.458)	(9.928)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>54.265</u>	<u>57.848</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	270	236
	<u>270</u>	<u>236</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>54.535</u>	<u>58.084</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>54.535</u>	<u>58.084</u>
Pessoal:	7.398	7.015
Remuneração direta	4.974	4.225
Benefícios	2.110	2.523
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	314	267
Impostos, taxas e contribuições:	21.107	21.953
Federais	15.681	16.613
Municipais	5.426	5.340
Remuneração de capitais de terceiros:	4.973	6.100
Juros	4.099	5.232
Aluguéis	874	868
Remuneração de capitais próprios:	21.057	23.016
Juros sobre o capital próprio	487	1.182
Dividendos	20.570	21.395
Lucro retido (reserva legal)	-	439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Companhia” ou “Ecovia”) foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km constituídos por: a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32,0 km; c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19,0 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias, pelo período de 24 anos, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Pagamento da verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais durante o período do contrato, sendo do início até o 11º ano R\$ 60 mensais e do 12º ano até o final do contrato R\$ 66 mensais.

Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destinada a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária será paga até o 11º ano, no valor de R\$ 10 mensais, e do 11º ano ao final do contrato, no valor de R\$ 11 mensais.

A restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso são conforme segue (exceto operação):

- 2,6 km da Rodovia PR 804, trecho entre a BR 277 e PR 408;
- 13,2 km da Rodovia PR 408, trecho entre Morretes e a BR 277;
- 9,6 km da Rodovia PR 408, trecho entre a PR 340 e Morretes; e
- 13,0 km da Rodovia PR 411, trechos entre a PR 410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Em conformidade com o disposto na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, a Companhia estabeleceu a data de transição para a adoção das novas práticas contábeis em 1º de janeiro de 2008. A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil e representa a data em que a Companhia preparou seu balanço patrimonial inicial ajustado por esses novos dispositivos contábeis de 2008.

As principais alterações efetuadas foram:

- Conforme divulgado na nota explicativa nº 17, os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados e mensurados em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 14. A adoção desse pronunciamento não gerou diferenças relevantes.
- Em atendimento ao item 51 do Pronunciamento Técnico CPC 13, a Companhia não está apresentando a demonstração das origens e aplicações de recursos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007.
- Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa, elaborada conforme regulamentação do CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Inclusão da demonstração do valor adicionado, elaborada conforme regulamentação do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Não houve efeito monetário da aplicação dessas novas normas contábeis.

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperação pelas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos nas datas de encerramento dos exercícios.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- as receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio;
- as despesas são registradas quando incorridas; e
- as receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas” no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

b) Ativos circulante e não circulante

- Aplicações financeiras

Representadas por operações de curto prazo e de liquidez imediata e estão registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços patrimoniais, que não excede o valor de realização.

- Clientes

Apresentados pelos respectivos valores de realização e podem incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber, considerando o histórico de recebimentos, a situação de cada cliente e as respectivas garantias oferecidas.

- Demais ativos

Apresentados pelos seus respectivos valores líquidos de realização.

c) Permanente

- Imobilizado

Os itens integrantes do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear, em virtude do prazo de vida útil estimada dos bens, limitada ao prazo remanescente para término do contrato de concessão com o Poder Concedente. A depreciação desses bens é incluída na rubrica “Custos dos serviços prestados” na demonstração do resultado. As principais melhorias são registradas no imobilizado e os gastos com manutenção e reparos são registrados no resultado, quando incorridos. Os gastos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não terminados, são registrados como obras em andamento.

Os encargos financeiros decorrentes de empréstimos obtidos com terceiros são capitalizados ao custo de construção de ativos imobilizados em andamento, de acordo com a Deliberação CVM nº 193/96.

- Intangível

Registrado ao custo de aquisição, sendo composto por sistemas de processamento de dados. A amortização é registrada pelo prazo de até cinco anos.

- “Impairment” sobre ativos permanentes

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nessas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tivesse sido registrada.

d) Passivos circulante e não circulante

- Provisões para contingências e obrigações legais

Atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada contingência e apoiadas na opinião dos consultores jurídicos da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingências estão descritos na nota explicativa nº 12.

As obrigações legais são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídos pelo valor integral em discussão.

- Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ foi calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social foi calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos, com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões, cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. O reconhecimento dos créditos tributários está fundamentado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros.

- Impostos sobre receita

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Esses tributos são apresentados como dedução da receita operacional bruta na demonstração do resultado.

- Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais ao exercício incorrido ("pro rata temporis"), líquidos dos pagamentos efetuados.

A capitalização dos juros atende ao objetivo de obter um custo de aquisição que reflita o total dos recursos aplicados no ativo, que proporcionará benefícios econômicos em períodos futuros, sendo o seu consumo confrontado contra as receitas auferidas nos exercícios.

- Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

e) Lucro por ação

É calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas de encerramento dos exercícios.

4. CAIXA E BANCOS

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Caixa geral	6	2
Bancos conta movimento	4.176	2.800
Numerário em trânsito (*)	851	1.259
Fundo de troca	435	579
	<u>5.468</u>	<u>4.640</u>

(*) Refere-se ao recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágio realizada nos últimos dias do mês.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Recursos não vinculados	<u>1.069</u>	<u>-</u>

Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, remuneradas a taxas que variam entre 101% e 104% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os prazos de resgate variam de um a três meses em média.

6. CLIENTES

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Pedágio eletrônico	1.109	693
Cupons de pedágio	313	1.120
Outras contas	<u>48</u>	<u>24</u>
	<u>1.470</u>	<u>1.837</u>

Representados substancialmente por valores a vencer de pedágio eletrônico, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2008, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possui saldo de R\$ 1.470 de clientes a vencer (2007 - R\$ 1.837).

7. IMOBILIZADO

	Taxa média ponderada anual de depreciação -%	<u>2008</u>		<u>2007</u>	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Demais melhorias e ampliações	9,0	16.818	(5.716)	11.102	6.326
Pavimentações e conservação especial	15,4	72.156	(37.921)	34.235	31.662
Sinalização e dispositivos de segurança	13,0	7.452	(5.029)	2.423	1.325
Hardware e equipamentos de pedágio	15,5	5.811	(4.267)	1.544	1.782
Máquinas e equipamentos	10,8	1.235	(736)	499	434
Móveis e utensílios	10,2	644	(367)	277	243
Terrenos e edificações	5,5	12.905	(5.557)	7.348	8.012
Instalações	10,0	3	(1)	2	4
Obras em andamento (*)		516	(7)	509	-
Outros	10,0	<u>3.392</u>	<u>(1.446)</u>	<u>1.946</u>	<u>1.588</u>
		<u>120.932</u>	<u>(61.047)</u>	<u>59.885</u>	<u>51.376</u>

(*) Refere-se a obras de melhoria no sistema rodoviário que estão em fase de execução; a depreciação será iniciada após sua conclusão.

Em 31 de dezembro de 2008, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos ou de processos de qualquer natureza.

8. INTANGÍVEL

	2008		2007	
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
Software	<u>709</u>	<u>(302)</u>	<u>407</u>	<u>466</u>

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre diferenças temporárias. Em 31 de dezembro de 2008, os saldos acumulados de prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social haviam sido totalmente compensados com lucros tributáveis. O crédito tributário relativo ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente de diferenças temporárias, totalizava, em 31 de dezembro de 2008, R\$ 1.194 (2007 - R\$ 1.082). A efetiva realização desse ativo está condicionada à tributação futura das diferenças temporárias.

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Variação no:		
Imposto de renda corrente	(7.791)	(8.695)
Imposto de renda diferido	<u>(54)</u>	<u>536</u>
	<u>(7.845)</u>	<u>(8.159)</u>
Variação na:		
Contribuição social corrente	(2.817)	(3.143)
Contribuição social diferida	<u>(19)</u>	<u>193</u>
	<u>(2.836)</u>	<u>(2.950)</u>

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	31.738	33.857
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(10.791)	(11.511)
Juros sobre o capital próprio	166	177
Outros	(56)	225
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(10.681)</u>	<u>(11.109)</u>

10. EMPRÉSTIMOS

<u>Credores</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa média anual de juros</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Banco Bradesco S.A.	Nacional	Novembro/2009	5,5% a.a.	10.174	-
Banco Bradesco S.A.	Nacional	Maió/2012	107,7% do CDI	23.682	29.225
				<u>33.856</u>	<u>29.225</u>
Circulante				<u>(17.356)</u>	<u>(7.225)</u>
Não circulante				<u>16.500</u>	<u>22.000</u>

O saldo de empréstimos está representado por obrigações referentes à captação de capital de giro. Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>2008</u>
2010	5.500
2011	5.500
2012	5.500
	<u>16.500</u>

Para as operações de empréstimos foram oferecidos avais com garantia de liquidação pela controladora Primav EcoRodovias S.A.

11. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS LIGADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, para execução e administração de obras e melhorias e ampliação do pátio de estacionamento, bem como serviços administrativos e financeiros.

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2008, bem como as transações que influenciaram os resultados do exercício, relativos a operações com empresas relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Balanço patrimonial		Resultado	
	Ativo não circulante	Passivos circulante e não circulante	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais
<u>Companhia</u>	<u>Créditos diversos</u>	<u>Contas a pagar</u>		
ECSC Centro de Serviços Corporativos Ltda.	3	2.128	-	14.913
ECSE Centro de Serviços Corporativos Ltda.	8	334	2.314	-
2008	<u>11</u>	<u>2.462</u>	<u>2.314</u>	<u>14.913</u>
2007	<u>-</u>	<u>3.567</u>	<u>-</u>	<u>15.724</u>

Os saldos de passivos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, são relativos a operações com empresas relacionadas e referem-se a serviços de consultoria e engenharia.

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. As respectivas provisões para contingências foram constituídas para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como provável com base na opinião de seus consultores jurídicos. A Administração da Companhia acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as prováveis perdas com os processos judiciais.

<u>Natureza</u>	<u>Saldo em 31.12.2007</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo em 31.12.2008</u>
Cível (a)	1.085	362	-	96	1.543
Trabalhista (b)	<u>1.599</u>	<u>-</u>	<u>(303)</u>	<u>124</u>	<u>1.420</u>
	2.684	362	(303)	220	2.963
Depósitos judiciais (c)	<u>(825)</u>	<u>-</u>	<u>589</u>	<u>-</u>	<u>(236)</u>
	<u>1.859</u>	<u>362</u>	<u>286</u>	<u>220</u>	<u>2.727</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia tem outras contingências de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2008, R\$ 856 (2007 - R\$ 3.251), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante.

(c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

(d) Processos tributários

Na opinião de seus consultores jurídicos, a Companhia não possui processos tributários com avaliação de perda provável. Existe um processo avaliado como perda possível, no montante de R\$ 1.252 em 31 de dezembro de 2008, referente à Ação contra a Delegacia da Receita Federal de Curitiba, no qual se busca discutir o indeferimento de duas Declarações de Compensação apresentadas no ano-calendário 2003 com créditos relativos ao saldo negativo de IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. O processo encontra-se protocolado como Manifestação de Inconformidade.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o capital social era de R\$ 15.600, representado por 15.600.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social, limite esse que a Companhia já alcançou no final do exercício social de 2007.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas são garantidos um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, sobre o capital próprio limitados à variação “pro rata” dia da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no montante de R\$ 487 (R\$ 73 de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF), os quais foram contabilizados como despesas financeiras e estão demonstrados como distribuição de dividendos, não sendo apresentados, entretanto, na demonstração do resultado, visando não produzir efeito no lucro líquido, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica “Imposto de renda e contribuição social”.

A Companhia efetuou pagamento de dividendos que totalizam R\$ 19.275 no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (2007 - R\$ 33.684), sendo R\$ 634 relativos ao exercício de 2007 e R\$ 10.641 relativos a lucros de 2008.

O montante de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar é de R\$ 2.416 (2007 - R\$ 634), R\$ 2.331 referentes a dividendos propostos e R\$ 85 referentes a juros sobre o capital próprio de 2008.

	<u>2008</u>
Lucro líquido do exercício	21.057
Proposta da Administração:	
Dividendos intermediários	(18.239)
Dividendos propostos	(2.331)
Juros sobre o capital próprio	(487)

14. RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Receita de arrecadação:		
Pedágio em numerário	72.079	73.610
Pedágio por equipamento eletrônico	9.771	6.293
Pedágio em cupons e vale-pedágio	25.211	26.082
	<u>107.061</u>	<u>105.985</u>
Receitas acessórias (*)	<u>1.791</u>	<u>981</u>
Receita bruta	<u><u>108.852</u></u>	<u><u>106.966</u></u>

(*) Representam arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

15. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2008				2007	
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total	Var. %	Total	Var. %
Pessoal	3.986	4.729	8.715	13,6	8.395	14,0
Conservação e manutenção	14.243	97	14.340	22,3	11.838	19,7
Serviços de terceiros (*)	6.326	17.679	24.005	37,3	21.595	36,0
Seguros	1.248	-	1.248	1,9	1.313	2,2
Poder Concedente	2.018	-	2.018	3,1	1.914	3,2
Depreciação/amortização	10.451	7	10.458	16,3	9.928	16,5
Outras	1.619	1.911	3.530	5,5	5.028	8,4
	<u>39.891</u>	<u>24.423</u>	<u>64.314</u>	<u>100,0</u>	<u>60.011</u>	<u>100,0</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

As despesas com pessoal incluem provisão para participação nos lucros aos empregados no valor de R\$ 550 (2007 - R\$ 361).

16. RESULTADO FINANCEIRO

	2008	2007
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras em fundos de investimentos	265	236
Outras	5	-
	<u>270</u>	<u>236</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos	(2.860)	(3.596)
Juros sobre outras obrigações	(24)	(9)
Outras	(786)	(485)
	<u>(3.670)</u>	<u>(4.090)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(3.400)</u>	<u>(3.854)</u>

17. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14, e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Considerações gerais:

- Numerário disponível: está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.
- Aplicações financeiras: são classificadas como mantidas até seu vencimento. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificadas como mantidas até o vencimento e estão registradas pelos valores originais, sujeitas a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos: reconhecidos inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais ao exercício incorrido (“pro rata temporis”), líquidos dos pagamentos efetuados. O valor registrado e as taxas de captação dos empréstimos aproximam-se do valor de mercado.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 são como segue:

	2008		2007	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
<u>Ativos:</u>	1.069	1.069	-	-
Aplicações financeiras	1.470	1.470	1.837	1.837
Clientes				
<u>Passivos:</u>				
Empréstimos	33.856	33.856	29.225	29.225

a) Considerações gerais

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, a Companhia não tinha nenhum contrato de troca de índices (“swaps”) ou que envolvesse operações com instrumentos derivativos.

b) Ativos e passivos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, a Companhia não tinha nenhum contrato denominado em moeda estrangeira.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI, em empréstimos contraídos em reais. As taxas de juros nas aplicações financeiras são na maioria vinculadas à variação do CDI.

d) Concentração de risco de crédito

Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem primariamente em aplicações financeiras e clientes.

e) Valor de mercado de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o valor de mercado dos instrumentos financeiros, representado substancialmente por aplicações financeiras e empréstimos, equivale ao valor contábil registrado nas demonstrações financeiras.

18. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$ 2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. A Companhia contribuiu durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 com o montante de R\$ 187 (2007 - R\$ 115).

No intuito de solidificar o plano de benefícios, a Companhia aportou valores retroativos a janeiro de 2006 ou à data de admissão, no caso de admissão em 2006, para aqueles que aderissem ao Plano de Previdência Privada até junho de 2006.

19. SEGUROS CONTRATADOS (INFORMAÇÃO NÃO AUDITADA)

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em sua operação, inclusive seguros obrigatórios em virtude do cumprimento de cláusula específica do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2008, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Risco operacional	31/12/2008 a 31/12/2009	12.000
Responsabilidade civil	31/12/2008 a 31/12/2009	3.000
Seguro garantia	1/12/2008 a 30/11/2009	11.056

20. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

A pedido do Governo do Estado, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná autorizou o Poder Executivo Estadual, com base na Lei Estadual nº 14.066, de 4 de julho de 2003, a promover a encampação da concessão objeto do contrato de exploração do lote número 6 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, o qual se refere aos trechos de rodovias sob concessão da Ecovia.

De acordo com a referida Lei e, posteriormente, por força de decisão judicial (sentença de mérito), a extinção da concessão e retomada do serviço pelo Governo do Estado, sob a forma de encampação, dar-se-á somente após o prévio e devido pagamento do valor correspondente à indenização devida à Ecovia, conforme previsto no contrato de concessão e na Lei Complementar nº 76, de dezembro de 1995, que regula a concessão de serviços públicos. De toda forma, em 2005, o Governo do Estado do Paraná, em um dos processos judiciais que discutem o assunto, declarou já há algum tempo ter deixado de efetuar a encampação das concessões.

Em 12 de janeiro de 2004, o Governo do Estado do Paraná emitiu uma série de decretos declarando como sendo de “utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto” de cinco das seis Companhias que fazem parte do Anel de Integração do Paraná. Pelos referidos decretos, o Departamento de Estradas de Rodagem - DER e a Procuradoria-Geral do Estado ficam autorizados a tomar medidas extrajudiciais e judiciais para a efetivação da desapropriação. Entretanto, o Poder Judiciário suspendeu todos os efeitos dos decretos expropriatórios no âmbito de ações movidas pelas concessionárias, inclusive a Ecovia.

A desapropriação de ações de controle descrita anteriormente, para a qual o Governo do Estado editou decretos de utilidade pública, foi impedida por ordem da Justiça Federal do Distrito Federal editada em 2 de abril de 2004.

Além disso, o Poder Concedente instaurou administrativamente processo para apurar supostos descumprimentos de cláusulas do contrato de concessão, alegando, inclusive, potencial para caducidade. A Companhia, por discordar absolutamente dos fatos apontados, socorreu-se mais uma vez ao Poder Judiciário, que determinou a suspensão dos processos administrativos por reputá-los indevidos, através de decisão do Tribunal Regional Federal - TRF da 1ª Região emitida em 1º de junho de 2004.

Durante o primeiro semestre de 2004, o Governo do Estado do Paraná, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER/PR, realizou diversos procedimentos de auditoria operacional e financeira sobre os registros contábeis da Ecovia. Como resultado desse trabalho, algumas supostas incorreções foram identificadas por aquelas autoridades, as quais foram tempestivamente explicadas e justificadas pela Ecovia. Subsequentemente, como parte das discussões judiciais em curso, envolvendo a Companhia e o Governo do Paraná, tais auditorias de avaliação foram consideradas ilegais pelo TRF da 4ª Região.

A aplicação do reajuste legal, contratualmente previsto para ocorrer em 1º de dezembro de 2003 e que havia sido temporariamente suspenso devido à ação judicial movida pelo Estado do Paraná, foi assegurada pela Justiça Federal de Curitiba e posteriormente confirmada, em acórdão unânime, pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça - STJ em decisão datada de 30 de junho de 2004. Dessa forma, os referidos reajustes vêm sendo praticados pela Ecovia desde 2 de julho de 2004.

Os reajustes de tarifas de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008 foram também garantidos através de decisões judiciais exaradas pela Justiça Federal do Paraná e confirmadas pelo TRF da 4ª Região. Ressalte-se que a ação judicial que trata do reajuste de 2006 já foi procedente em favor da Ecovia.

O Governo do Estado do Paraná pretendeu também sustar a aplicação de degrau tarifário contratualmente previsto. Da mesma forma, a Justiça deu ganho de causa à Ecovia, impedindo o Estado de proceder a qualquer alteração no valor nominal das tarifas, tendo, dessa forma, sido garantido o valor tarifário contratualmente previsto.

Na mesma esteira, o Governo do Estado do Paraná ainda pretendeu, por meio de via judicial, tornar nulos os aditivos ao Contrato de Concessão para obter por via transversa a redução das tarifas de pedágio. Todavia, tais tentativas restaram frustradas, sendo todos os pedidos indeferidos em primeira e segunda instâncias, permanecendo, por essa razão, a tarifa básica nos patamares contratuais.

A Ecovia promove ação judicial contra o DER/PR (Concedente), perante a Justiça Federal de Curitiba, por ter declarado e considerado em seu favor os principais fatos que desequilibraram o contrato original, obtendo-se, assim, o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão. Em novembro de 2005, o DER/PR (Concedente) ajuizou ação que foi conectada àquela anteriormente mencionada, para obter revisão em seu favor do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, tendo sido negada tutela antecipada para reduzir a tarifa. Naquele mesmo ano, em dezembro, em face da negativa da tutela antecipada para obtenção de revisão para menor da tarifa, a Concedente ajuizou medida cautelar com a mesma razão de pedir da ação anteriormente mencionada, tendo liminar negada e sido ainda extinta por sentença logo em seguida. Em 2006, o Poder Concedente, a despeito das duas derrotas anteriores, promoveu terceira ação com a mesma causa de pedir, com pedido de antecipação de tutela, o qual também foi indeferido pelo Juízo Federal competente.

O Governador do Estado do Paraná sancionou em 2007 duas leis de autoria da Assembleia Legislativa; uma delas isentava os veículos emplacados nos mesmos municípios em que estavam instaladas as praças de pedágio e a outra, as motocicletas e os ciclomotores. Ambas as leis foram atacadas judicialmente pelas concessionárias de rodovia do Paraná, inclusive a Ecovia, tendo os efeitos delas sido suspensos por liminares confirmadas. Ou seja, as isenções não vigem por tempo indeterminado até o julgamento definitivo das respectivas demandas. Na primeira ação foi concedida a segurança pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná em 3 de outubro de 2008 e na segunda ação houve sentença de procedência em 4 de fevereiro de 2009. Em ambas ainda não houve a interposição de recurso pelas partes contrárias e as liminares permanecem vigentes até o trânsito em julgado das referidas decisões.